



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

**VOTO Nº 1803/2015**

**PROCESSO Nº 0001176-51.2015.4.03.6181**

**ORIGEM: 9ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO**

**PROCURADORA OFICIANTE: CAROLINA LORENÇO BRIGHENTI**

**RELATOR: JOSÉ OSTERNO CAMPOS DE ARAÚJO**

**INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME PREVISTO NO ART. 33 C/C ART. 40, I, DA LEI Nº 11.343/06. IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE *CANNABIS SATIVA*. MPF: PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DA JUÍZA FEDERAL. REVISÃO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). CONDUTA TÍPICA E ANTIJURÍDICA, DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.**

1. Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar a suposta prática do crime previsto no art. 33 c/c art. 40, I, da Lei nº 11.343/06, tendo em vista a apreensão de sementes de maconha (*Cannabis Sativa L*), oriundas da Holanda, supostamente importadas por pessoa residente em São Bernardo do Campo/SP.

2. A Procuradora da República oficiante promoveu o arquivamento do Inquérito Policial, sustentando que a ínfima quantidade do entorpecente apreendido certamente seria utilizada para o uso pessoal do destinatário, restando evidente a ausência de dolo de tráfico. Ademais, a apreensão do material, antes mesmo de ser recebido pelo suposto destinatário da encomenda, é considerada prática de meros atos preparatórios, não passíveis de punição.

3. A Juíza Federal, por sua vez, indeferiu o pedido ministerial, pois, a seu ver, a importação de sementes de maconha configura o crime de contrabando, previsto no art. 334 do CP.

4. A suposta conduta do investigado reveste-se de potencialidade lesiva e de tipicidade formal – seja em relação ao art. 33 da Lei 11.343/06, seja em relação ao art. 28 do mesmo diploma legal (que não é, frise-se, uma contravenção penal) ou mesmo ao art. 334 do Código Penal, que, a princípio, são da competência da Justiça Federal.

5. Designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar a suposta prática do crime previsto no art. 33 c/c art. 40, I, da Lei nº 11.343/06, tendo em vista a apreensão de sementes de maconha (*Cannabis Sativa L*), oriundas da

Holanda, supostamente importadas por Roberto Padron Ianez Filho, residente em São Bernardo do Campo/SP.

A Procuradora da República oficiante promoveu o arquivamento do Inquérito Policial, sustentando que a ínfima quantidade do entorpecente apreendido certamente seria utilizada para o uso pessoal do destinatário, restando evidente a ausência de dolo de tráfico. Ademais, a apreensão do material, antes mesmo de ser recebido pelo suposto destinatário da encomenda, é considerada prática de meros atos preparatórios, não passíveis de punição (fls. 26/31).

A Juíza Federal, por sua vez, indeferiu o pedido ministerial, pois, a seu ver, a importação de sementes de maconha configura o crime de contrabando, previsto no art. 334-A do CP – redação alterada pela Lei nº 13.008/14 (fl. 32/32-v).

Firmado o dissenso, os autos foram remetidos a esta 2ª Câmara, nos termos do art. 28 do CPP, c/c o art. 62, inc. IV, da LC nº 75/93.

É o relatório.

Com a devida vênia aos fundamentos invocados pela Procuradora da República oficiante, assiste razão à Magistrada.

Analisando o caso vertente, a suposta conduta pode, em tese, ser enquadrada no tipo penal do art. 33 da Lei nº 11.343/06, que prevê a conduta de quem importa insumo ou matéria-prima para a produção/confecção de entorpecentes. Desse modo, deve-se apurar se, de fato, a importação se deu para uso pessoal ou se foi para posterior comércio ilícito.

Por outro lado, se for confirmada a premissa de que a importação das sementes se deu para uso próprio do agente, a sua conduta ainda será passível de se enquadrar seja no crime do art. 28 da Lei nº 11.343/06 (que não é, frise-se, uma contravenção penal), na modalidade tentada, seja no do art. 334 do Código Penal (contrabando).

A respeito da questão aqui discutida, o Superior Tribunal de Justiça há muito entende que o recebimento de sementes de maconha, em tese, pode configurar o crime de tráfico internacional de substância entorpecente:

PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. APREENSÃO DE SEMENTES DE CANNABIS SATIVA. ALEGAÇÃO DE ATIPICIDADE DA CONDUTA. ORDEM DENEGADA.

1. Incorre no tráfico de entorpecentes quem importa ou exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda ou oferece, fornece ainda que gratuitamente, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda matéria-prima destinada a preparação de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica (art. 12, § 1º, I, da Lei 6.368/76).

2. No caso, o fato narrado na denúncia, ou seja, a apreensão, na residência do paciente, de 170 sementes de cannabis sativa, amolda-se perfeitamente ao tipo penal "ter em depósito" e "guardar" matéria-prima destinada a preparação de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica (art. 12, § 1º, I, da Lei 6.368/76), não podendo se falar em atipicidade da conduta.

3. Ordem denegada.

(HC nº 100.437/SP, 5ª Turma, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe: 02/03/2009)

Nesse contexto, independentemente da importação das sementes ter sido para consumo próprio ou para cultivo e posterior revenda da substância entorpecente, a conduta do investigado reveste-se de potencialidade lesiva e de tipicidade formal – seja em relação ao art. 33 da Lei nº 11.343/06, seja em relação ao art. 28 do mesmo diploma legal ou mesmo ao art. 334-A do Código Penal (contrabando). Precedente da 2ª CCR (Processo nº 5013608-80.2014.4.04.7100, Voto nº 8573/2014, julgado na Sessão nº 612, de 24/11/2014, unânime).

Diante da existência de indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva, da ilicitude da conduta do investigado e da existência de tipo penal para o seu enquadramento, deve-se dar prosseguimento à persecução penal.

Com essas considerações, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, para as providências pertinentes, cientificando-se a Procuradora da República oficiante e o Juízo de origem, com as homenagens de estilo.

Brasília,        de abril de 2015.

**José Osterno Campos de Araújo**

Procurador Regional da República  
Suplente – 2ª CCR/MPF

LLD